

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: LUTAS E RESISTÊNCIAS.

QUILOMBOL COMMUNITIES: STRUGGLE AND RESISTANCE.

Regina dos Santos Gonçalves¹
regina2000santos@outlook.com

Silvia Gêssica da Conceição dos Santos²
silviagessica_1992@hotmail.com

José Ivamilson Silva Barbalho³
ivamilsonbarbalho@gmail.com

RESUMO

O presente estudo é resultado de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, acerca das contribuições e resistências das comunidades remanescentes de quilombo. Tem por objetivo discutir a questão étnico-racial e suas implicações na afirmação da identidade quilombola Queimadas, no sertão alagoano. Analisamos temas relacionados à educação escolar quilombola, a luta pela certificação, fortalecimento da identidade, história da comunidade e suas imbricações no campo das lutas locais e regionais.

Palavras-chave: Educação Quilombola; Políticas Públicas; Identidade; Igualdade étnico-racial.

ABSTRACT

The present study is the result of bibliographic research and fieldwork, about the contributions and resistance of the remaining quilombo communities, It aims to discuss the ethnic-racial issue and its implications for the affirmation of the Quilombola identity in Queimadas, in the Alagoas backlands, we analyzed themes related to quilombola school education, the struggle for certification, the strengthening of identity, the history of the community and its implications in the field of local and regional struggles.

Key words: Quilombola Education; Public Policy; Ethnic-racial identity.

¹ Graduanda em Pedagogia (UFAL), Campus do Sertão.

² Graduanda em Pedagogia (UFAL), Campus do Sertão.

³ Professor Adjunto (UFAL), Campus do Sertão.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil são símbolos de luta e resistência e estão presentes historicamente na memória nacional, muito embora, em diferentes situações, invisibilizadas. Com as lutas da sociedade civil organizada, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216 e artigo 68 das disposições transitórias, deu-se um passo importante no reconhecimento dos grupos étnicos no bojo da formação da sociedade brasileira; a CF (Constituição Federal) determinou que fossem emitidos títulos de posse para as terras ocupadas pelos quilombolas em território nacional.

O Brasil como país pluriétnico, abriga uma população, majoritariamente, constituída por pretos e pardos. Sabe-se que o povo brasileiro "nasceu" do entrelaçamento de raças: indígena, europeia e africana. Guardando suas especificidades, essas diferentes expressões culturais (artísticas, políticas, econômicas, religiosas) contribuíram para o fortalecimento das identidades no Brasil. Embora até hoje exista profunda desigualdade social no país, negros e indígenas permanecem discriminados, sofrerem com vulnerabilidade econômica, racismo estrutural⁴, exclusão e violência, porém, continuam lutando pela superação de todas as formas de injustiças que são vítimas.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) é um órgão importante à população negra, tem por objetivo, contribuir, articular, promover e garantir os avanços das políticas de promoção de igualdade racial, buscando a superação do racismo a fim de consolidar uma sociedade mais justa, harmoniosa e democrática. De modo geral, procura dar assistência à população negra, e consolidar a igualdade racial, no âmbito da prática social.

O SINAPIR⁵ é, nesse sentido, uma estrutura organizacional que busca implementar um conjunto de políticas públicas e serviços de modo a superar desigualdades étnicas existentes no país; sejam aquelas prestadas pelo poder público federal, àquelas advindas das participantes do sistema a iniciativa privada ou sociedade civil, de modo geral, Lei nº 12.888/2010, Art. 47.

Na lei supracitada um dos destaques fala da destinação preferencial de recursos para ações afirmativas de enfrentamento ao racismo em projetos governamentais e da sociedade civil, estados

⁴ Para uma discussão sistemática sobre o tema, ver Almeida, 2019.

⁵ Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

e municípios. O estatuto estabelece que o SINAPIR é responsável por articular planos, ações e outros mecanismos voltados a promoção de igualdade racial, garantindo sua eficácia, e propõe a criação de fóruns governamentais e conselhos permanentes que tenham pelo menos 50% de representantes da sociedade civil com participação garantida.

A Constituição Federal de 1988, conforme destacamos, foi um marco legal importante sobre a questão quilombola no Brasil, pois a partir dela o estado nacional busca reparar injustiças contra grupos étnicos e a exclusão sofrida pelos remanescentes quilombolas. Até então, as comunidades se auto intitulavam negras, genericamente falando; não se caracterizavam como pertencentes de comunidades quilombolas, para que não fossem vítimas preconceitos ou perseguições. É importante lembrar conforme atesta Munanga, a quanto difusa são as lutas inter-classes na sociedade brasileira.

Os que pensam a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica e não racista, não fazem um esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação econômica. Ao separar "raça" e "classe" numa sociedade capitalista, eles cometem um erro metodológico que dificulta a sua análise e os condena no beco sem saída de uma explicação puramente economicista (MUNANGA, 1990, p.116).

Pouco tempo depois da CF (Constituição Federal) foi criada a Fundação Cultural Palmares (FCP), primeira instituição pública que buscava atender os grupos remanescentes de quilombos, cujo viés está voltado para a promoção e preservação da cultura e da arte Afro-brasileira.

COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO QUEIMADAS: CULTURA, LUTAS E RESISTÊNCIAS

A problemática que deu origem a essa pesquisa foi a falta de informações acerca das comunidades quilombolas certificadas recentemente, que é o caso da comunidade Queimadas, do sertão alagoano. Iremos analisar alguns dos aspectos constitutivos da identidade cultural dessa comunidade, destacando o lugar da luta pela defesa da especificidade cultural da mesma, como uma estratégia política e pedagógica de produção dos saberes comunitários, sejam eles escritos ou orais.

Atualmente existem diversas comunidades quilombolas espalhadas pelo estado de Alagoas

com os direitos subtraídos, sobrevivendo com extrema fragilidade social.

Em nosso estudo, enquanto recorte temático, analisamos o contexto atual da comunidade Sítio Queimadas e suas lutas em torno da consecução de direitos.

LUTA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Segundo Munanga e Gomes (2004; in: Brasil, 2013, p. 428-429), a palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sócio-política militar conhecida na África central, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (Antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constituiu-se em um agrupamento militar composto dos jagas ou imbangalas (de Angola) e dos Lundas (do Zaire) no século XVII.

De acordo com O'Dwyer (1995) apud Brasil (2013, p. 429-430), a associação brasileira de antropologia (ABA) passa a ter, a partir de 1994, uma compreensão mais ampliada do termo quilombo.

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídas a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida características e na consolidação de territórios próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Neste sentido constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995 apud BRASIL, 2013, p.429-430).

Sabe-se que a escola é um dos lugares privilegiados, se assim o quiser, para tratar de questões relacionados à importância das contribuições dos negros na história do Brasil, suas lutas, seus dilemas. De acordo com as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), atendendo ao parecer CNE/CEB n 7/10 e à resolução CNE/CEB nº 4/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica do Conselho Nacional de

Educação, advogam, por meio da Portaria CNE/CEB nº 5/2010, uma comissão responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Assim como a escola, diferentes segmentos da sociedade, devem reordenar o lugar de fala e da história do negro brasileiro, colocando em evidência o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) que fundou a mentalidade colonialista luso-européia, instaurada em nosso território, desde os primórdios da colonização. Por isso uma educação antirracista se faz necessária em todos os âmbitos de expressões culturais, se quisermos reordenar mentalidades impregnadas por sectarismos e exclusões. Educação para emancipação de direitos e igualdades racial é uma dessas opções.

No âmbito escolar, encontramos ainda muitos livros didáticos, mostrando o lado folclorizado da cultura africana, ou negros sendo subjugados no processo escravista, passivos, humilhados, em situação de inferiorização. Pouco se fala das muitas formas de resistência, de lutas travadas por esses atores sociais. Um elemento complicador em relação a produção e reprodução de discursos, são os estereótipos subentendidos nesses materiais, alguns estudantes negros, principalmente crianças, acabem sentindo-se inferiorizadas e se rejeitem paulatinamente aspectos de sua identidade cultural⁶. Nesse sentido, Silva afirma:

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizados. (SILVA, 2005, p. 24).

O movimento negro brasileiro tem muito importante na busca pelos reconhecimentos dos direitos, todavia, ainda há muito a se alcançar, pois virá a página do racismo e da segregação não ocorre de uma hora para outra, principalmente num país com gravíssimos déficits educacionais como o nosso. De acordo com Gomes:

É sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, os avanços em prol da articulação, diversidade e cidadania poderão ser compreendidos como ganhos para a construção de uma democracia, de fato, que tenha como norte político a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais e supere o tão propalado mito da democracia racial. (GOMES, 2012, p. 106)

⁶ Para uma crítica acerca das formas sutis de racismo, ver Moreira, 2019.

Embora com limites estruturais, as políticas de reparação voltadas para a educação dos negros são importantes para dar visibilidade as lutas do movimento, mas também podem se tornar apoio fundamental quanto à assistência no campo da formação escolar - ingresso, permanência e sucesso dos estudantes nos espaços formais de educação escolar. O que se objetiva é a constituição de uma educação voltada para valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, superar-se o viés etnocêntrico da educação bancária nacional, a desobstrução da alienação em relação aos direitos dos povos transplantados do continente africano para o Brasil; rediscutir o lugar da etno-história das religiões de matriz africana; e o fim do racismo estrutural que se instalou no seio da cultura brasileira⁷.

Munanga (2018), afirma que a cultura negra mesmo estando presente no dia a dia dos brasileiros ainda não faz parte do sistema educacional, embora se tenha avanços graças as reivindicações de entidades e organizações dos movimentos sociais e do movimento negro, ainda prevalece o eurocentrismo.

Uma ponte importante, embora não seja a única nesse processo de reordenamento socioeducativo, foi a promulgação da lei 10.639/2003, que alterou a lei 9.394/1996, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e africana, nas escolas públicas e privadas. Tal demanda faz parte das lutas do povo brasileiro, por uma educação que respeite as diferenças; uma sociedade que valorize as minorias, promova inclusão social.

CERTIFICAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL

Com a implementação do Quilombo dos Palmares no século XVI, localizado na serra da barriga, Alagoas tornou-se símbolo resistência negra no Brasil. Conforme a historiografia, Palmares resistiu por quase um século, tornando-se o maior quilombo do período colonial brasileiro. O líder Zumbi e mártir da luta, foi um dos símbolos e ícone de resistência ao sistema escravocrata da época. Até hoje Zumbi é um dos personagens mais importantes na representação para os povos negros brasileiros.

Em Alagoas existem 69 comunidades quilombolas certificadas, elas estão distribuídas em

⁷ Jesse Souza oferece uma excelente compreensão quanto à necessidade de romper com resquícios conservadores da formação cultural brasileira. Ver Souza, 2016, 2017.

35 municípios. A Comunidade Sítio Queimadas é a de número 69, reconhecida no Estado. O município sertanejo de Água Branca/AL, abriga, respectivamente, as comunidades Lagoa das Pedras, Barro Preto, Serra das Viúvas, Cal, Moreira de Baixo e Queimadas, esta última foi a sexta reconhecida no município. De acordo com Brasil:

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. O processo para essa certificação obedece a norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007) (BRASIL, 2013a, p. 20).

Segundo dados da FCP (Fundação Cultural Palmares), entre 2004 e julho de 2015 foram emitidas cerca de 2.606 certidões, os anos de 2005 e 2006 foram os que mais se destacaram por apresentar uma quantidade expressiva de certificações. Em 2005, 343 e no ano de seguinte, 413, isso se deu pelo fato de terem sido criados órgãos para tratar da questão étnica, a SEPPIR (Secretaria de Políticas de promoção de Igualdade Racial) é um deles, que em 2003, com *status* de ministério, torna-se responsável pela coordenação e avaliação das políticas públicas que buscam a promoção de igualdade racial e ao combate à discriminação.

2.197 comunidades reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro, 2.040 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 63% delas no nordeste, 1.229 processos abertos para a titulação de terras no INCRA e 207 comunidades tituladas com área total de 995,1 hectares, beneficiando 12.906 famílias. Estimativa de 214 mil famílias e 1.17 milhão de quilombolas no Brasil (BRASIL, 2013a, p.16).

Esses dados revelam o expressivo quantitativo de comunidades certificadas no país, com destaque para região nordeste. Embora certificação não garanta, automaticamente, regularização nem demarcação de território, é passo, ainda que incipiente, necessário nas lutas de afirmação étnica e cultural que esses atores sociais estão travando.

COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO QUEIMADAS

Segundo moradores da comunidade, a luta pela certificação e pela construção de identidade do Sítio Queimadas iniciou-se a partir do momento em que as pessoas da mesma começaram a questionar-se de onde vieram e sua relação com questões étnicas.

A dimensão da identidade local foi uma ideia em conjunto, num dado momento de uma reunião foi observado que nem todos conheciam sua própria história. A partir daí começou a busca pelo depoimento de moradores mais antigos em relação a história da comunidade, com isso foram discutindo o verdadeiro papel deles, desenvolvendo autonomia e se auto reconhecendo como descendentes de quilombolas, no entanto apesar dos relatos dos moradores serem de fundamental importância na constituição da identidade quilombola, não foi possível identificar de qual lugar específico da África os povos do quilombo Queimadas são necessariamente originários.

A história oral (THOMPSON, 2006) revelou ser muito importante nesse processo de afirmação identitária. De acordo com o depoimento oral da moradora mais antiga do quilombo Queimadas, a dona Alice, filha de Manoel Barbosa é que foi possível o resgate da história da comunidade.

Segundo Alice Barbosa (2016):

"A comunidade Queimadas originou-se por volta do século XVIII. Naquela época já existiam algumas pessoas na comunidade, Antônia Leandra, mais conhecida como mãe Totonha, cabocla bonita, de cabelos longos, que morava em uma casa de palha bastante simples. Numa época de inverno apareceu um escravizado fugitivo, onde o mesmo relatou que estava só de passagem, pois seu maior objetivo era chegar até a Serra da Barriga, para se juntar aos demais escravizados que estavam agrupados no quilombo de Palmares. O escravizado, por nome de Maximiliano Cacherengo pediu a mãe Totonha uma dormida na sua casa, a bela cabocla não resistiu aos encantos do negro forte e corajoso, começando ali um grande romance. Dessa união nasceu Luíza Leandra (conhecida como Du) que anos mais tarde iniciou uma vida de conquistas e romances. Em uma das suas aventuras amorosas, nasceu Manoel Barbosa da Silva, que foi criado por sua avó (Mãe Totonha) e sua mãe biológica."

Manuel Barbosa da Silva neto de Cacherengo tornou-se um jovem talentoso, cantador de tebei e coco de roda. Certa vez o jovem foi participar de um festejo de três dias numa aldeia Indígena no Brejo do Burgo-BA e, em troca de exposição do seu ilustre talento, o pajé o premiou

com uma belíssima índia de treze anos. Manoel se casou com Maria Joaquina das Neves, tiveram oito filhos, inclusive Alice Barbosa da Silva, que era a moradora mais idosa do Sítio Queimadas, com 104 anos de idade; a mesma nasceu e foi criada dentro da comunidade; vindo a falecer no dia 20 de novembro (dia da consciência negra), no ano de 2017.

Antigos moradores da comunidade relatam que o nome de Queimadas surgiu devido ao fato de Maximiliano ter dito que " mãe Totonha era quente igual a fogo de queimadas", daí surgiu o nome. Apesar de ser uma comunidade pequena, os moradores daquela época, brigavam muito, por isso, alguns acreditavam que a origem do nome queimadas também poderia ter surgido por que, desde o início da ocupação do território, as brigas pegavam fogo (no sentido figurado), havia excessiva valentia nelas.

Devido as reincidências dos desentendimentos, Manoel Barbosa da Silva abandonou suas terras e foi morar com a família na comunidade das três voltas, exceto Alice, que nessa época já estava casada com Cícero Amaro de Souza. A senhora Maria Joaquina, mãe de Alice Barbosa morreu no ano de 1960 com 122 anos.

A comunidade foi oficialmente certificada no dia 25 de julho de 2018, porém só no dia 16 de setembro de 2019, representantes da Fundação Cultural Palmares (FCP) trouxeram o documento de certificação, durante um evento que estava acontecendo na mesma em comemoração ao 20 de novembro.

Para os quilombolas o território é muito importante, porém apesar dos avanços em relação a territorialidade, não basta apenas titular as terras, mais também, dar-lhes suporte na garantia de todos os seus direitos, pois a luta quilombola vai muito além disso.

Atualmente vivem no quilombo queimadas aproximadamente 43 famílias, num total de 150 pessoas. Na comunidade sempre se trata da questão racial, a importância dos quilombolas e a luta pela superação do racismo; argumenta-se sobre a representatividade negra e realiza-se eventos com essa temática, onde participam moradores locais e pessoas de regiões circunvizinhas. São eventos animados e educativos, onde há exposição dos artesanatos e culinária local.

O Quilombo Queimadas possui uma associação que exerce importante elo de fortalecimento das lutas demandadas pelo grupo. Desde seu reconhecimento, a associação passou a lutar por direitos como bolsa permanência – MEC, advindas do Programa Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); instalação de poço artesiano; educação diferenciada local;

emprego e renda, segurança, saneamento básico, estradas, saúde etc. Os associados estão em luta também pela edificação de uma sede própria.

De acordo com Sommer (2005), a formação dos territórios negros no Brasil se deu com a chegada dos escravos forçados trazidos da África em decorrência do tráfico de escravos. O Brasil é o país que atualmente abriga a segunda maior população negra. Os territórios dos quilombolas se fizeram a partir das fugas das fazendas dos senhores de engenho e os quilombos criados foram formas de cultura de resistência ao escravismo.

Segundo os moradores locais a territorialidade é muito importante, pois é lá que estão suas raízes, a terra do quilombo Queimadas foi herança deixada pelos seus ancestrais para as novas gerações, quando Cacherengo chegou na comunidade já existiam pessoas, então ele foi acolhido e começou ali uma nova história.

Achile Mbembe (2001), afirma que o território é a origem, é o que o fazem serem consciente da própria identidade, seja ele herdado, adquirido ou pelo fato de o indivíduo ter se instalado no local e assim este começar a fazer parte da sua vida, de sua história, bem como de sua auto-representação, dessa forma a territorialidade e a identidade estão interligados.

TERRITORIALIDADE

A territorialidade faz com que os negros tenham um lugar seu, para que eles possam exercer sua cultura, sua fé e para que sejam livres nas suas decisões, sendo assim mesmo os que não conseguiram ainda as demarcações das terras seguem na luta pelos direitos que lhes foram roubados e negados.

De acordo com Lima (2018), heranças culturais dos povos africanas, contribuiu para a transformação e a criação de novos aspectos na sociedade brasileira. Os africanos trazem consigo conhecimentos fundamentais e serão responsáveis pela construção das identidades regionais da sociedade brasileira. Povos negros vieram de regiões diferentes da África, com línguas próprias, expressões e práticas culturais distintas. Como sabemos, as lutas de resistência negra brasileira criaram não somente quilombos, mais também se manifestou através da formação de comunidades religiosas de matrizes africanas, conhecidas como terreiro, que além de exercitarem sua fé e expressões interculturais, era também espaços de afirmação de identidades étnicas.

A história quilombola é contada da visão dos brancos e não da visão dos negros que eram

escravizados, isso faz com que a ótica eurocêntrica prevaleça na sociedade brasileira. No período da escravidão no Brasil houve várias formas de resistências por parte dos negros, a fuga era uma dessas formas. Os negros sempre lutaram e resistiram, por isso, a luta deles no passado garantiu os direitos que as comunidades quilombolas têm hoje. A questão da terra é um direito dos quilombolas que, como ainda hoje atestamos, lhes é negado.

Os territórios de comunidades remanescentes de quilombos, originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas, a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana de açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiram da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras santíssimas, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em trocas de serviços religiosos (BRASIL, 2013a, p.14).

Os quilombolas no período escravocrata eram tratados como criminosos, perseguidos pelo Estado, pelos senhores de escravos e pela sociedade racista, situação que deu lastro e sustentação para o sistema escravocrata.

No ano de 1850, poucos anos antes da abolição, se instituiu a denominada lei de terras, que dava direito as pessoas terem propriedades de terras no Brasil, o governo dava as terras para quem quisesse trabalhar e para ser dono de terras no Brasil tinha que comprá-las do Estado então, as pessoas que eram marginalizadas, que não tinham condições e os quilombolas ficaram privados do direito de comprar e de possuir terras e muitos que as tinham não conseguiam regularizar a posse das suas terras.

O Estado deixou os negros largados sem assegurar seus direitos, abandonados à própria sorte pois, apesar da abolição eles não tinham para onde ir, o Estado não os acolheu e ainda os privaram dos seus direitos. O pós-abolição continuou sendo escravidão.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 quase nada contribuiu para assegurar o direito dos negros. O Brasil manteve o regime escravocrata, e uma opressiva mentalidade patriarcal que perdura ainda hoje.

O território é base fundante para os quilombolas, no campo da sobrevivência física e reprodução cultural. De acordo com Silva e Menezes:

Quilombo significa para além do território, espaço onde se produz e se reproduz existências condicionadas pelo ideário de liberdade. As marchas praticadas pelos escravos e escravas em direção ao quilombo eram perpassada pelo ideário de construção de uma vida boa e que preponderava o sentido de retomar a própria personalidade danificada pelos horrores da escravidão. Não se pensava em ganhar a liberdade, mas em lutar para conquistá-la e para tanto arriscava a própria vida (SILVA e MENEZES, 2019. p.143).

Segundo Furtado, Sucupira e Alves (2014), atualmente, em diversas comunidades quilombolas, os negros ainda são expulsos de suas terras por fazendeiros que moram em regiões vizinhas as suas ou por pessoas interessadas na expropriação fundiária.

Na atualidade os negros ainda sofrem muito com as formas de discriminações, racismo, violência, e isto precisa ser superado. É necessário que os quilombolas sejam respeitados e as políticas públicas venham potencializar a consecução de direitos, no campo da cidadania e justiça social.

PRODUÇÃO DE ARTESANATO

Nas comunidades quilombolas de Alagoas há grande tradição advindas de expressões culturais, o artesanato, nesse sentido, é uma delas. Nelas são produzidas cestos e bolsas de palha, crochês, bordados, redes de pesca, cerâmicas etc. Em algumas comunidades os produtos e alguns artesãos são reconhecidos nacionalmente, mas, muitas comunidades ainda enfrentam dificuldades em manter suas tradições tendo enorme dificuldade de comercialização inter-regional.

Na comunidade Queimadas existe artesãos que elaboram seus artesanatos com materiais primas local, crochê, biscuit, esteira com a fibra de bananeira, vassoura, cestos em palha de ouricuri.

Os artesãos da comunidade relatam que alguns deles aprenderam a fazê-lo com seus ancestrais, dessa forma vão repassando de geração à geração. Os artesanatos produzidos contribuem de algum modo, para complementar a renda doméstica, dado a escassez de trabalho no entorno regional.

Em conversa com membros da comunidade dois artesãos falaram da importância do artesanato. Uma das moradoras da relatou que o fazer artesanato é de grande importância, pois além de ser uma forma de manter viva suas raízes, é também fundamental para que as crianças

aprendam, assegurando sua continuidade entre gerações (2020).

Outro morador destaca o lugar do artesanato como complemento à subsistência econômica doméstica, e que além da venda, sabe que seu trabalho será reconhecido e apreciado também por pessoas de fora da comunidade quilombola Queimadas (2020).

Para os moradores/as do Quilombo Queimadas, o artesanato é uma maneira de empoderamento, de fortalecer o resgate histórico da identidade local. Torna-se, portanto, uma herança cultural fundamental do grupo.

O LUGAR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O professor que ensina na escola é morador na comunidade. Segundo ele, a questão dos conteúdos sobre o racismo, discriminação, memória, tradições, identidade e história afro, são debatidas no ambiente escolar, de forma lúdica. Aprofunda-se essas questões com os alunos em rodas de conversas, atividades pedagógicas, reuniões com os pais, destacando a importância de cada um, quanto a busca por empoderamento, segundo o ritmo de cada estudante ou morador. Na escola as aulas práticas são mediadas por estudos e coleta de dados, utilizando-se de livros, artigos, registros de memórias, aprofundando essas questões com os estudantes, de modo que possam ressignificá-los no cotidiano.

Sabe-se que o racismo no Brasil é mascarado, as pessoas dizem que não são racistas, porém, suas posturas e atitudes mostram o contrário; elas tratam essas questões como brincadeiras, desdém e irresponsabilidade. De acordo com Munanga (2017) apud Dantas, Ferreira e Vêras (2017, p.40):

[...]É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação da consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial.

É preciso discutir seriamente sobre o racismo, e suas implicações, de modo que a educação escolar possa vir a construir mecanismos cognitivos de uma verdadeira educação antirracista, em sua necessária amplitude.

O professor da comunidade afirma que muitas vezes quando os alunos começam apelidar-se uns aos outros ou discriminar o coleguinha ele os faz pedir desculpas e vai conversar com a turma sobre o acontecido, assim conscientizar as crianças sobre a questão do respeito ao próximo, a diversidade étnico-racial.

É fundamental garantir que o professor tenha uma formação continuada no campo da diversidade, aplicando novos saberes no lastro da prática docente. Para Henrique e Cavalleiro:

[...] No planejamento da gestão escolar é que são definidos os recursos destinados a formação continuada de professores, à elaboração e à distribuição de materiais didáticos e paradidáticos; as prioridades e as temáticas a serem abordados no decorrer da sua gestão. Para que a temática étnico-racial seja contemplada, identifica-se a necessidade de um corpo técnico com conhecimento e experiência no trato dessa temática, pois o desconhecimento e, sobretudo, as ideias atreladas às ideologias racistas, impedem a elaboração de uma agenda de políticas educacionais afirmativas para o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005, p. 213-214).

No ambiente escolar, algumas vezes, se pratica a opressão, discriminação e segregação. Determinados professores e instituições ignoram situações cotidianas de racismo, tratando-as de maneira superficial e natural, daí a importância da formação continuada no campo da prática antirracista. A educação escolar quilombola não pode se omitir de tratar dessas questões estruturais se quiser galgar um maior empoderamento intercultural.

A sociedade nacional deve entender que o Brasil é um país multiétnico, plurilinguístico e que o respeito às diferenças é essencial. O racismo deve ser compreendido em sua gênese para que possamos superá-lo em sua natureza nefasta.

PROBLEMAS ATUAIS

Em sua grande maioria as comunidades quilombolas enfrentam grandes dificuldades. Têm lutado contra o racismo, discriminação e exclusão; contra a falta de demarcação de territórios, a desvalorização cultural; por maior dignidade no campo da cidadania; pela implementação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas e diferenciadas, seja na saúde ou educação.

A luta antirracista é um dos principais focos dos quilombolas, pois o racismo e as

desigualdades ainda persistem na sociedade brasileira. O movimento negro e os líderes quilombolas permanecem lutando pela garantia de seus direitos historicamente subtraídos. No âmbito específico, as ações afirmativas são necessárias, para que a população negra seja reparada das injustiças sofridas no decurso de gerações consecutivas.

A implementação do direito à igualdade é tarefa fundamental à qualquer projeto democrático, já que em última análise a democracia significa a igualdade- a igualdade no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos sociais e culturais. A busca democrática requer fundamentalmente o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos elementares (PIOVESAN, 2005, p.42).

Se faz necessário não somente formatar mais aplicar políticas públicas que atendam a população negra em todas as suas demandas, particularmente a educacional, para que as crianças e jovens possam dispor, na prática, de uma educação com maior qualidade, superando arremedos e improvisos, das muitas escolas estruturadas de maneira frágeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos africanos trazidos à força para o Brasil influenciaram muito na cultura nacional, com a riqueza de elementos interculturais, resultando naquilo que podemos chamar de identidades nacionais do povo brasileiro.

Certamente há uma proximidade entre o Brasil e muitos países africanos, seja nas relações sociais, linguística, econômica, expressões artísticas, culinária, identidade étnica, porém, em relação a valores éticos de dignidade humana, o Brasil carece de uma segunda abolição. O racismo brasileiro é uma chaga que ainda não conseguimos superar na contemporaneidade.

No campo pedagógico, apesar de a cultura negra se fazer presente no dia a dia da cultura brasileira, não há uma densa discussão a respeito dessa temática no sistema educacional, de maneira transversal, embora devemos reconhecer os avanços legais, todavia, ainda há muito a se fazer para superar o racismo e a visão eurocêntrica dos conteúdos didáticos.

Os quilombolas ainda são invisíveis em algumas esferas sociais, mas como analisados ao longo do texto, gradativamente, mediante lutas coletivas, estão conseguindo conquistar espaços e reconhecimento no seio da sociedade nacional.

A escola juntamente com a sociedade em geral deve reeducar as crianças de forma que estas

cresçam sabendo respeitar a pluralidade, a diversidade étnico racial, dessa forma desconstruir a visão elitista, eurocêntrica que ainda prevalece na sociedade.

O racismo no Brasil é mascarado, as pessoas dizem que não são racistas, mas suas posturas e atitudes mostram o contrário. Coletivos de sujeitos praticam o racismo em forma disfarçada de "brincadeira" e para que possam ser feitas ações em combate ao racismo é preciso que o Brasil acabe com o mito da democracia racial e passa a dar mais assistência e visibilidade aos negros. Muitas pessoas se dizem antirracistas, mas, não fazem nada quando veem um ato racista e o silêncio dessas pessoas só mostra que as pessoas agem como se o racismo e a discriminação fossem algo normal.

O racismo e a discriminação racial existem e precisam ser combatidos e só se fará isso quando as pessoas assumirem que o Brasil é um país racista para que assim as pessoas possam mudar suas posturas. O racismo, a discriminação, a exclusão social matam as pessoas negras e faz com que essas pessoas negras sintam-se incapazes, inferiores.

A luta contra o racismo e a discriminação são expressões de lutas comuns entre aqueles/as que defendem pautas de liberdade e igualdade na sociedade brasileira. Construir, não obstante, uma perspectiva de educação antirracista cidadã é tarefa inadiável entre todos/as que defendem o estado de direito e a dignidade da pessoa humana. Ainda que fundamental, não é suficiente apenas falar da discriminação racial no dia 21 de março ou lembrar do dia consciência negra em 20 de novembro. Uma educação como prática de liberdade étnico-racial deve permear as instituições educacionais, cotidiana e transversalmente, se se quiser superar as raízes da herança da patriarcal, machista e eurocêntrica sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. 2015. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. - Maceió: SEPLAG, 44p.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 2019. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

BEDER, Luciana. 2020. **Quilombolas contam histórias de luta e pertencimento**. 2017. Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/21880-quilombolas>. Acesso em: 14 de abril.

BRASIL. 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI. p. 496-513.

_____. 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI. p.424-495.

_____. 2015. **Estatuto da igualdade racial** [recurso eletrônico]: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. – 4. ed., 1. reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Orientação para a criação e implementação de Órgãos, Conselhos e Planos de Promoção de Igualdade Racial** / elaboração de Helyzabeth Kelen Tavares Campos - Documento eletrônico - Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, BRASIL.

_____. 2013a. Secretaria de políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**: Programa Brasil Quilombola. Brasília.

_____. 2012. Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Território quilombola: Uma conquista cidadã**. 44p.

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. 2017. **Um intérprete africano do Brasil**: Kabengele Munanga. Revista USP, São Paulo, n. 114, p. 31-44.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 2020. **Certificação Quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 14 de abril.

FURTADO, M. B.; SUCUPIRA, R. L.; ALVES, C. B. 2014. **Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola**: Uma leitura a partir da psicologia cultural. Psicologia & Sociedade, 26(1),106-115.

GOMES, Nilma Lino. 2012. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras. V.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. 2005. In: **Ações afirmativas e combate ao**

racismo nas Américas/ Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p.211-228.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS. 2020. **Comunidades Quilombolas de Alagoas.** Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidadeHYPERLINK> "["http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas"](http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas)s-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas. Acesso em: 14 de abril.

LIMA, Monica. 2018. A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo. In: **História da África e relações com o Brasil.** Nedilson Jorge(org). Brasília:FUNAG.

MBEMBE, Achille. 2001. As formas africanas de auto- inscrição. In: **Estudos Afro- Asiáticos,** ano 23, nº 1. p.171-209.

MOREIRA, Adilson. 2019. **Racismo Recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

MUNANGA, Kabengele. 1990. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades.** Revista de antropologia, p. 109-117.

_____. 2018. Passado e presente nas relações África-Brasil. In: **História da África e relações com o Brasil.** Nedilson Jorge(org). Brasília:FUNAG.

PIOVESAN, Flavia. 2005. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/** Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 33-44.

SILVA, Ana Célia da. 2005. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 21-38.

SILVA, José Bezerra da; MENEZES, Anderson de Alencar. 2019. Educação escolar quilombola: do silenciamento à emancipação. In: **Educações & Resistências: diálogos, rupturas e alternâncias.** José Ivamilson Silva Barbalho, Giseliene Medeiros Almeida (orgs.). Curitiba: CRV.

SOMMER, Michelle Farias. 2005. **Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, Jessé. 2017. **A Elite do Atraso:** da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya.

_____. 2016. **A Radiografia do Golpe.** Rio de Janeiro: Leya.

THOMPSON, Paul. 2006. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: **História falada: memória, rede e mudança social** / Coordenadores Karen Worcman e Jesus Vasquez Pereira. São Paulo : SESC SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. p.17-43.

VILANOVA, Aprigio. 2020. **Mais uma comunidade quilombola reconhecida em Alagoas.** 2018.



revista.caete@delmiro.ufal.br

Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2020
V2. Nº3, p. 36-54, GONÇALVES; SANTOS; BARBALHO.

CAETÉ
Revista de Ciências Humanas

Disponível em: <http://blogdobob.blogsdagazetaweb.com/2018/07/25/alagoas-tem-reconhecida-mais-uma-comunidade-remanescente-de-quilombo/>. Acesso em: 14 de abril.

